

# Agostinho da Silva e a recriação poética da Península Ibérica

Manuel Cândido Pimentel\*

Não é de forma ocasional ou suplementar, no contexto da sua obra, que Agostinho da Silva se aproxima da história, drama e destinos das culturas peninsulares.

A primeira questão vital diz, sem dúvida, respeito à autonomia cultural e de autodeterminação dos povos ibéricos face a face consigo mesmos e deles por relação à Europa e o resto do Mundo; diz respeito à missão do Portugal finis-téreo e atlântico e a essa Espanha que importa considerar, «de Mediterrâneo a Atlântico e do Cantábrico a Gibraltar», interrogando-a se alguma vez foi plenamente Espanha «e, se o não foi, porquê, e como poderá ser»<sup>1</sup>. A segunda questão é já de ordem metafísica ou, então, primeira na ordem das causas e obriga-nos a refletir sobre os fundamentos do pensamento espiritualista de Agostinho da Silva, tanto na relação desses fundamentos com a sua conceção de história quanto na presença dos mesmos fundamentos na interpretação da história da Península Ibérica.

\* Universidade Católica Portuguesa.

<sup>1</sup> *Reflexão à margem da literatura portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores, 1990<sup>2</sup>, p. 30.

Começando pela segunda das questões, é particularmente severo o juízo de Agostinho da Silva sobre a relação histórica de poder e domínio da velha Castela sobre as outras culturas irmãs, povos nascidos para ser livres colaboradores «de um grande todo», como diz na *Reflexão à margem da literatura portuguesa* (1957), o principal texto onde a problemática das culturas peninsulares ibéricas é mais amplamente abordada. Foi aquela soberania de Castela que ditou a existência das regiões periféricas, onde o sonho de liberdade nunca verdadeiramente morreu, em cujo entrecho se deu «a grande façanha de Portugal»: «O que Portugal fez de maior no mundo não foi nem o descobrimento, nem a conquista, nem a formação de nações ultramarinas: foi o ter resistido a Castela. O ter mantido, através de sangue e fogo, o princípio de independência dos territórios periféricos»<sup>2</sup>.

Agostinho entrevê na história de Castela e seu predomínio sobre as culturas peninsulares o que podia ter sido a outra história da Península, com Castela mas sem o poder de soberania de Castela. É esta imagem do que teria sido ou poderia ter sido a história peninsular que constitui o eixo axiológico da conceção de Agostinho da Silva, que afirmará a todo o instante e aonde insistentemente regressará. Não a Castela real, mas a uma Castela ideal.

Do binómio do real e do ideal sai uma Península real, a Península do tempo histórico vivido e que vivemos, cujos povos e culturas não cumpriram ainda o seu ser possível, e uma Península ideal que preenche de verdade aquele ser possível. Eis a imagem: «Uma Península livre e una, com regiões culturalmente autónomas e com descentralização administrativa; uma Península a que se tivesse estendido o sistema de governo peculiar da Idade Média portuguesa, isto é, o de, numa prefiguração da *Commonwealth*, haver uma companhia de repúblicas unificadas por uma coroa; uma Península que tivesse conservado aquele gosto de conversação, de “vida conversável”, como diria mais tarde um navegador, para cristãos, judeus e árabes, essa Península, para lá de todas as contingências económicas, teria dado modelo ao mundo»<sup>3</sup>.

Este olhar de través os fenómenos da história é um exercício típico de Agostinho, que se interessa não pelo prisma da história, mas pela miríade colorida de luzes que ele decanta, não pelo matiz dos acontecimentos, mas pela mais complexa filigrana do que poderia ou deveria ter-se dado ou acontecido. Como para o Vieira da *História do futuro*, também se poderia dizer para este jeito de olhar agostiniano querer ser ele pincel para pintura impossível. No fundo, sem a Castela histórica ou real, talvez Portugal e Espanha

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 30.

não houvessem sido ou estivessem sendo de modo diverso do que são, uma e outras mais repúblicas unificadas, com consequência de não ter sentido Portugal o apelo atlântico que o lançou na empresa de descobrir mundos e rasgar mundos ao mundo. Talvez que Gama não fosse o Gama, Camões o não cantasse e Colombo não aportasse à América.

O que joga a favor de Agostinho é a sua visão da história: mais do que em ser meta-história, que não é da generalidade e da leitura profana dos acontecimentos, ela é metafísica, teológica e ontológica, porque procura o eterno, o sagrado e o que é; anagogia também, prefiguração, antecipação, metanoia e profecia. Anagogia, porque dos acontecimentos se eleva à contemplação do divino; prefiguração, porque o múltiplo ou vários do acontecer, com seu cortejo de figuras, povos e dramas, existe para existir, está sendo para ser, como que a pintura para um representado com que inteiramente não coincide, por estar este oculto em futuros; antecipação, porque no que vai sendo há presciência do tempo devido; metanoia, porque a história é caminho para a perfeição do humano, salto ginástico sobre o abismo do tempo ao ser; finalmente, profecia, porque nessa visão da história age o intuito profético, como em António Vieira ou em Fernando Pessoa agia, intuito que vê o que vê não na mesma ordem do tempo, pelo que passado e futuro não são sucessivos, nem cursivo o segundo para o primeiro, isto é, na ordem da regressão.

Depois da origem de que vimos, o presente em Agostinho só pode ser anamnese: ele contém a memória do instante originário de que descendemos. A paixão daquela memória é o tempo do vivido que na saudade portuguesa e galega se conserva concomitante com a reminiscência do que *há de vir*, pelo que Agostinho, interpretando a saudade, une paixão e ação. A saudade não é a do passado – tanto quanto a memória não é pretérita, no sentido de que ela é algo mais do que pretérita –, mas a saudade do futuro, a saudade que reintegra ou é capaz de reintegrar o ser vários, que padece, no ser uno que age na história.

É essa a saudade que anula o tempo histórico segundo a verdade metafísica de que passado e futuro o são na perspectiva da temporalidade, não na da eternidade, o que é consequente com o repúdio de Agostinho do saudosismo passadista e principalmente concordante com a sua concepção paraclética da história, as suas teses sobre o Espírito Santo e o Amor Paráclito, modelo de todo o amor humano, de toda a fraternidade e convívio dos homens e das comunidades. Aí estão também o fundo metafísico e os fundamentos do seu ecumenismo, que anseia a edificação planetária do Reino do Espírito, Quinto Império e Paraíso na Terra, onde o gládio da paz governaria os homens, instauração de uma nova civilização liberta das malhas do economicismo, do utilitarismo, do individualismo, do funcionalismo tecnocrático e da vontade de poder, que

viu como as marcas características da atual Europa e que a América do Norte levou às suas últimas consequências<sup>4</sup>.

Se na obra de Agostinho são exemplos as páginas intensas que escreveu sobre a missão ecuménica de Portugal e dos portugueses, missão a que haveria que regressar, pois que também Portugal se encarcerou no casulo daquelas malhas, são também de capital importância as páginas que, com o mesmo teor, escreveu sobre as outras culturas da nossa Península, nelas vendo a presença da cúpida mão do poder, do individualismo e da tecnocracia. Relevante é a conceção das identidades peninsulares com fundamento numa fraternidade dos povos ibéricos e dos povos que com estes coabitaram, antes mesmo da constituição das nacionalidades espanhola e portuguesa, quando todos com todos conviviam, cristãos, judeus e árabes, cuja prova documental encontra nos Painéis de S. Vicente, que também, sobretudo, testemunham a imagem dos povos unidos em honra do Espírito Santo.

Ao presente de atualidades, a esta Ibéria que conhecemos, opõe Agostinho o que na Idade Média portuguesa foi o comunalismo, perspetiva política, social e económica que reinterpreta como paradigma para as culturas peninsulares e paradigma do que deveria ser e talvez venha a ser adotado pela Europa. Revivida a experiência portuguesa medieva, «ela poderia assegurar ao mundo que há possibilidade de economias que, sendo comunitaristas, não se baseiam na ideia de propriedade coletiva», mas na «de não-propriedade», «a única verdadeiramente cristã»<sup>5</sup> que no ideal de S. Francisco patentemente agia, que permite a fraternidade, a partilha e a convivência de irmãos.

Seria este, então, o modelo compatível com os ideais do catolicismo, não o catolicismo da Instituição mas o do Espírito, que assim se tornaria a «religião universal de toda a Humanidade»<sup>6</sup>, uma larga Igreja Ecuménica onde todos os povos e todas as religiões coexistissem, uma vez que, no entendimento de Agostinho, as religiões mais não são do que faces convencionais e humanas «de um Divino que se não pode definir»<sup>7</sup>, formas temporais de uma mesma Verdade Eterna que ele próprio consubstanciaria no Amor Paráclito, Amor no qual e pelo qual povos e culturas se uniriam segundo aquele ideal de um Deus, uma Fé e um Império, para o qual se ordena a missão salvífica de Portugal.

Reconhecendo que é essa a vocação de Portugal no Mundo, também na escatologia de Portugal se reveriam as culturas peninsulares, saídas para uma gesta espiritual comum – «a reintegração da Península em si mesma»<sup>8</sup> –,

<sup>4</sup> *Ibidem*, pp. 28-29.

<sup>5</sup> *Ibidem*, 86.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> «Ecúmena», in *Textos e ensaios filosóficos*, vol. II, Lisboa, Âncora Editora, 1999, p. 197.

<sup>8</sup> *Reflexão à margem da literatura portuguesa*, p. 31.

operativa gesta pelo que de universável e comunicável abalaria dela para todos os povos. Aqui viu como ligação provável e primeira a de Portugal com a Galiza, ligação nupcial ou regresso ao que devia ter sido e a história contrariou, pela força de Castela ou por pecado de Portugal em ter dela desistido, abandonando-a à sua sorte de noiva separada. Aquilo a que poderíamos chamar a *recriação poética* da Península em Agostinho da Silva – um menos de utopismo e um mais de saudade portuguesa que anseia ou espera o amor que une e santifica – conta com esta imagem de uma Galiza-noiva, feminina e lírica, e de um Portugal-noivo, cavaleiro e missionário.

A sua união renovaria, talvez no tempo sem tempo, as juras de amor, e por essa renovação o amor atingiria, com seu verbo fraterno, os outros povos peninsulares. É assim que, de um e do outro lado, são a Galiza e Portugal pátrias da saudade, mas da saudade que como o fogo do Espírito se espera desça um dia sobre os povos, segundo aquele mesmo movimento de descenso, *in illo tempore*, sobre os Apóstolos de Cristo. Creio, pois, por isso mesmo, que não é alheia ao pensamento de Agostinho a ideia de que os povos ibéricos teriam uma larga participação na fundação futura do Reino, um apostolado por todos os costados do Mundo a afirmar a presença do Paráclito entre os homens, confirmando a Igreja Ecuménica. Daí que haja, senão relação histórica, pelo menos ontológica, entre esta Igreja Ecuménica e as repúblicas federativas peninsulares e destas e daquela com o que Agostinho da Silva sonhava para o *dever ser* do Portugal redimido e do Mundo reintegrado: um Portugal unindo Ocidente e Oriente, o Portugal «núcleo de formação de uma União Internacional dos Povos para o desenvolvimento, a liberdade e a Paz»: uma «era em que o homem seja plenamente criador e deixe como traço de sua passagem na vida esse aproximar-se cada vez mais da essência da criação divina»<sup>9</sup>.

A noção de perfeitibilidade do humano, ou de um cumprimento por atingir, institui a abertura ao futurível, em absoluto antagónico da noção de decadência dos povos peninsulares posta no circuito da história pela Geração de 70. A história da Península Ibérica é, na apropriação vierina, uma *história do futuro*, sagrada ou tornada possível um dia pelo sopro vivo e salvador do Espírito Santo. Assim como para Portugal, o presente da Península não é mais do que a delimitação temporal ou histórica do que estão sendo as suas culturas e povos e o futuro o poder ser aquilo que foram porque ainda o não são. Vivem ou estão na não verdade, em concreta situação de cisão, ao mesmo tempo que em antecipação do futuro, que um dia será. Neste ponto fez Agostinho da Silva

<sup>9</sup> «Educação de Portugal [1970]», in *Textos Pedagógicos* II, Lisboa, Âncora Editora, 2000, pp. 126-127.

algo mais do que fez Pessoa. A «Hora» de Pessoa emancipa-se das fronteiras de Portugal para ser a «Hora» ecuménica de Agostinho: ao *Senhor, só falta cumprir-se Portugal!* deve suceder-se o *Senhor, só falta cumprir-se a Ibéria!* Esta recuperação de Pessoa para o projeto de interpretação histórico-profética de Agostinho visa reencaminhar a temporalidade dos acontecimentos para a hierofania do Sentido, que não pode deixar de ser a aposta da Ibéria, na paráfrase agostiniana, para o todo ou o seu nada.

É aquele Sentido que nos revela que a última nau que fundeou no porto, de regresso não veio da Índia carregada de especiarias, mas de uma só especiaria que é já o verbo do Espírito Santo: a esperança, a unidade da ação com a saudade, o futurível que, em Pedro da Fonseca, era o que de explicável para nós ficou de um futuro patentemente visto como promessa e de um Deus compatível com a gesta da liberdade humana dos povos. Em verdade, de todos os povos.